

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RORAIMA

Concurso Público para provimento de cargo de Procurador de Contas

Caderno de Prova, Cargo A01, Tipo 001
000000000000000000
00001-0001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

Conhecimentos Específicos I

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão objetiva que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, entregue este caderno ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Relativamente ao juiz de paz, a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal entende que
- (A) a obrigatoriedade de filiação partidária para os candidatos a juiz de paz decorre do sistema eleitoral constitucionalmente definido.
 - (B) lei estadual que disciplina os procedimentos necessários à realização das eleições para implementação da justiça de paz invade, em ofensa ao princípio federativo, a competência da União para legislar sobre direito eleitoral.
 - (C) a fixação, em lei estadual, de condições de elegibilidade para os candidatos a juiz de paz, além daquelas já previstas na Constituição da República, não invade a competência da União para legislar sobre direito eleitoral.
 - (D) lei estadual que define como competências funcionais do juiz de paz a arrecadação provisória de bens de ausentes e vagos, nomeando escrivão *ad hoc*, e o funcionamento como perito em processos invade, em ofensa ao princípio federativo, a competência da União para legislar sobre direito processual civil.
 - (E) lei estadual que define como competências funcionais do juiz de paz o processamento de auto de corpo de delito e a lavratura de auto de prisão, na hipótese de recusa da autoridade policial, não invade a competência da União para legislar sobre direito processual penal.
-
2. Considerando o que dispõe a Constituição da República sobre as normas orçamentárias, é correto afirmar que
- (A) é vedada a edição de medida provisória sobre matéria relativa a planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais, suplementares e extraordinários.
 - (B) é permitida a abertura de crédito extraordinário para atender a despesas imprevisíveis e urgentes decorrentes, apenas e tão-somente, de guerra, comoção interna ou calamidade pública.
 - (C) são vedadas emendas parlamentares ao projeto de lei orçamentária anual, ainda que delas não decorra aumento de despesa.
 - (D) leis de iniciativa do Poder Executivo e do Poder Legislativo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
 - (E) a legislação sobre planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos não pode ser objeto de delegação para o fim de elaboração de lei delegada.
-
3. O inciso XIII do art. 5º da Constituição da República dispõe que é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer. Na hipótese de uma autoridade pública, nesta condição, impedir a um dado estrangeiro o exercício de certo ofício lícito, porque ainda não se encontra regulamentado o ofício em questão, o indivíduo interessado poderá
- (A) impetrar mandado de injunção para que a falta de norma regulamentadora não torne inviável o exercício da liberdade de trabalhar.
 - (B) ajuizar ação direta de inconstitucionalidade por omissão para que se dê ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias.
 - (C) impetrar mandado de segurança para proteger direito líquido e certo obstaculizado por ilegalidade ou abuso de poder perpetrado por autoridade pública.
 - (D) impetrar mandado de segurança coletivo para proteger o direito líquido e certo, seu e de outrem em idêntica situação, obstaculizado por ilegalidade ou abuso de poder perpetrado por autoridade pública.
 - (E) ajuizar ação popular com vistas a anular ato lesivo à moralidade administrativa.
-
4. O art. 78 da Constituição do Estado de Roraima dispõe que somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros, ou dos membros do respectivo órgão especial, poderá o Tribunal de Justiça declarar a inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo estadual ou municipal. Da compreensão legal e jurisprudencial desta norma, é correto extrair que
- (A) exige a presença de todos os membros do Tribunal, ou dos membros do respectivo órgão especial, para que seja declarada a inconstitucionalidade de uma lei ou ato normativo estadual ou municipal (*"full bench"*).
 - (B) exclui a competência do juiz de primeira instância para o controle de constitucionalidade.
 - (C) se aplica exclusivamente ao julgamento de ação direta de inconstitucionalidade contra lei ou ato normativo estadual ou municipal em face da Constituição do Estado de Roraima.
 - (D) deixarão, os órgãos fracionários do Tribunal, de submeter ao Plenário, ou ao respectivo órgão especial, a arguição de inconstitucionalidade, quando já houver pronunciamento destes ou do Plenário do Supremo Tribunal Federal sobre a questão.
 - (E) exclui a manifestação do Ministério Público e das pessoas jurídicas de direito público responsáveis pela edição do ato questionado, dado o caráter abstrato da decisão a ser tomada.
-
5. O art. 60, § 4º, incisos I, II, III e IV, da Constituição da República dispõe que não será objeto de deliberação a proposta de emenda constitucional tendente a abolir "a forma federativa de Estado", "o voto direto, secreto, universal e periódico", "a separação dos Poderes" e "os direitos e garantias individuais". Segundo a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal,
- (A) proposta de emenda constitucional, em tramitação congressional, não pode ser impugnada – por alegada ofensa ao § 4º do art. 60 da Constituição – em sede de mandado de segurança.
 - (B) emenda constitucional já promulgada não pode ser impugnada – por alegada ofensa ao § 4º do art. 60 da Constituição – em sede de ação direta de inconstitucionalidade.
 - (C) "a forma federativa de Estado" – enquanto limite material ao poder constituinte de reforma – deve ser conceituada a partir de um modelo ideal e apriorístico de Federação adotado pelo constituinte originário e, por isso, é cláusula pétreia.
 - (D) considera-se ausente o interesse processual, ou de agir, em ação direta de inconstitucionalidade – por alegada ofensa ao § 4º do art. 60 da Constituição – contra emenda constitucional que só foi publicada, oficialmente, no curso do processo, antes da sentença.
 - (E) as limitações materiais ao poder constituinte de reforma não significam a intangibilidade literal da respectiva disciplina na Constituição originária, mas apenas a proteção do núcleo essencial dos princípios e institutos cuja preservação nela se protege.
-
6. Sobre o veto no Direito brasileiro, é correto afirmar que
- (A) o veto parcial somente pode abranger texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea, limitação essa que não se aplica, ainda que por analogia, a eventual anexo ao projeto de lei.
 - (B) a Constituição da República não prevê hipótese de veto tácito.
 - (C) o prazo para manifestação de eventual veto é de quinze dias corridos, contados da data do recebimento, pela Presidência da República, do autógrafo do projeto de lei.
 - (D) o veto, no Congresso Nacional, é apreciado em sessão unicameral e os Deputados e Senadores realizam sobre ele escrutínio secreto.
 - (E) o veto só pode ser rejeitado pelo voto de dois terços dos membros do Congresso Nacional.

<p>7. Em conformidade com a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, sobre o Conselho Nacional de Justiça – CNJ – e a disciplina constitucional pertinente,</p> <p>(A) o CNJ tem competência inclusive sobre o Supremo Tribunal Federal e seus ministros.</p> <p>(B) os Estados membros podem instituir conselho estadual de justiça destinado ao controle externo da atividade administrativa, financeira ou disciplinar do respectivo Poder Judiciário.</p> <p>(C) nenhum dos advogados ou cidadãos membros do CNJ pode, durante o exercício do mandato, exercer a advocacia no território nacional.</p> <p>(D) o CNJ é órgão de controle externo do Poder Judiciário, cabendo-lhe o controle administrativo, financeiro e disciplinar da magistratura.</p> <p>(E) compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, as ações contra o CNJ.</p>	<p>10. Sobre a repartição constitucional de competências entre os entes federados, é correto afirmar que</p> <p>(A) a competência da União, no âmbito da legislação concorrente, limita-se ao estabelecimento de normas gerais, sem prejuízo de poder editar normas específicas relativamente às suas peculiaridades e às peculiaridades do Distrito Federal.</p> <p>(B) a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência complementar de os Estados legislarem em função das suas peculiaridades e das peculiaridades dos seus respectivos Municípios.</p> <p>(C) a eventual inexistência de lei federal sobre normas gerais permite aos Estados o exercício de competência legislativa plena, para atender às suas peculiaridades e às peculiaridades dos seus respectivos Municípios.</p> <p>(D) a superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga a lei estadual, no que lhe for contrário.</p> <p>(E) lei complementar pode autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas entre as competências legislativas privativas da União, como, por exemplo, autorizar os Estados a instituir piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.</p>
<p>8. Sobre a iniciativa no Direito Constitucional brasileiro vigente, é correto afirmar que</p> <p>(A) são de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo os projetos de lei que disponham sobre organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos, servidores públicos e aumento de sua remuneração.</p> <p>(B) a sanção do projeto de lei supre a eventual falta de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, ainda que do projeto decorra aumento de despesa.</p> <p>(C) não são de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo os projetos de lei que disponham sobre criação de empregos públicos e aumento de sua remuneração.</p> <p>(D) a literalidade da Constituição da República não prevê proposta de emenda constitucional de iniciativa popular, sem prejuízo da existência de previsão neste sentido em constituições estaduais.</p> <p>(E) projetos de lei de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo admitem emendas parlamentares, ainda que delas decorra aumento de despesa.</p>	<p>11. O Presidente da República editou medida provisória, em 30 de setembro de 2007, instituindo tributo da espécie taxa em favor da União. A medida especificou o dia 1^a de janeiro de 2008 como o início da exigibilidade da taxa. Em fevereiro de 2008, o Congresso Nacional rejeitou a medida e não editou decreto legislativo sobre o assunto no prazo de até sessenta dias após a rejeição. Neste caso,</p> <p>(A) o Presidente da República pode editar, ainda em 2008, uma nova medida provisória, idêntica à que foi rejeitada, uma vez que a edição desta última se deu na sessão legislativa anterior.</p> <p>(B) a taxa cujo fato gerador se realizou no período de exigibilidade, mas que não foi recolhida no momento oportuno, pode e deve ser objeto de inscrição em dívida ativa e de execução fiscal, providências essas que podem e devem ser tomadas, inclusive após a rejeição da medida.</p> <p>(C) em razão da rejeição parlamentar da medida provisória, a União deverá providenciar a restituição dos valores arrecadados no momento oportuno e dentro do período de exigibilidade.</p> <p>(D) a exigência da taxa é inconstitucional porque medida provisória que institui ou que majora tributo, exceto os regulatórios e os extraordinários de guerra, só produz efeitos no exercício financeiro seguinte se vier a ser convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.</p> <p>(E) em razão da anterioridade que deve observar (a comum, não a “nonagesimal”), a medida provisória não cumpre o requisito constitucional de urgência.</p>
<p>9. O Presidente da República solicitou e obteve delegação para legislar sobre a criação e a extinção de órgãos públicos pelo prazo de quatro meses. A seguir, foram elaboradas e publicadas – nos três primeiros meses da delegação – três leis delegadas, que criaram e extinguíram órgãos públicos. Para cada uma delas, expediu-se um decreto regulamentar. O Congresso Nacional, ainda dentro do prazo da delegação, sustou as duas últimas leis delegadas elaboradas pelo Presidente da República e aprovou dois projetos de lei análogos, criando e extinguindo os mesmos órgãos públicos. Ademais, o Congresso sustou a regulamentação da primeira lei delegada, ao argumento de que a regulamentação adotada, não obstante fosse legal, não seria a melhor. No contexto narrado,</p> <p>(A) o Congresso Nacional não poderia ter sustado a regulamentação expedida, porque não alegou exorbitância do poder regulamentar, mas razões de mérito para a sustação.</p> <p>(B) o Congresso Nacional, no prazo da delegação, não poderia legislar sobre matéria que delegou.</p> <p>(C) o Congresso Nacional pretendeu, na prática, revogar a delegação que levou a efeito, o que não lhe é dado fazer.</p> <p>(D) a segunda e a terceira leis delegadas são inconstitucionais, porque a delegação se exauriu com a edição da primeira lei delegada.</p> <p>(E) o Congresso Nacional não poderia ter delegado poder para legislar sobre criação e extinção de órgãos públicos porque se trata de matéria sujeita à iniciativa privativa.</p>	

<p>12. Relativamente ao Ministério Público junto aos Tribunais de Contas, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de que</p> <p>(A) é especializado e integra o respectivo Ministério Público comum: o da União no caso do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União; e o do Estado-membro considerado, no caso do Ministério Público junto a Tribunal de Contas Estadual.</p> <p>(B) é possível que o cargo de Procurador-Geral junto ao Tribunal de Contas seja de provimento em comissão e de nomeação pelo Presidente do respectivo Tribunal dentre brasileiros portadores do diploma de bacharel em Direito, emitido por estabelecimento de ensino oficial ou reconhecido.</p> <p>(C) é possível que seja substituído pelo Ministério Público comum de Estado-membro.</p> <p>(D) a Constituição da República não lhe confere autonomia administrativa, nem sequer autonomia funcional, prerrogativa, essa última, que pertence, individualmente, aos seus membros.</p> <p>(E) a estruturação interna, a definição do quadro de pessoal e a criação dos respectivos cargos do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União são matérias de lei complementar cuja iniciativa é privativa da referida Corte de Contas.</p>	<p>15. Conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a disciplina constitucional da administração pública,</p> <p>(A) os cargos, empregos e funções públicas não são acessíveis a estrangeiros.</p> <p>(B) compete privativamente ao chefe do respectivo Poder Executivo dispor, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração pública federal, estadual, distrital e municipal, quando não implicar aumento de despesa nem criação e extinção de órgãos públicos.</p> <p>(C) o direito de greve do servidor público será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar específica e, na sua falta, conforme a Lei que dispõe sobre o exercício do direito de greve dos trabalhadores em geral.</p> <p>(D) é dado à lei vincular ou equiparar espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.</p> <p>(E) as funções de confiança podem ser exercidas por quem não seja ocupante de cargo efetivo.</p>
<p>13. A jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, em tema de comissões parlamentares de inquérito, asseverou que</p> <p>(A) elas têm poderes de investigação limitados a fatos determinados, o que significa a impossibilidade de que outros fatos, inicialmente não previstos, sejam aditados aos objetivos da comissão já em curso, ainda que haja correlação entre uns e outros.</p> <p>(B) elas podem decretar, sem ordem judicial, o bloqueio de bens, prisões preventivas e buscas e apreensões de documentos de pessoas físicas ou jurídicas.</p> <p>(C) o modelo federal de criação e instauração das comissões parlamentares de inquérito constitui matéria a ser compulsoriamente observada pelas casas legislativas estaduais.</p> <p>(D) a instalação de comissão parlamentar de inquérito depende de deliberação do Plenário da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Assembléia Legislativa, da Câmara Distrital ou da Câmara de Vereadores, conforme o caso.</p> <p>(E) a instauração de inquérito parlamentar está vinculada à satisfação de exigências definidas de modo não taxativo na Constituição, uma vez que outras podem ser estabelecidas pelos regimentos parlamentares.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO ADMINISTRATIVO</p> <p>16. O instituto da dispensa de licitação distingue-se do instituto da inexigibilidade porque, dentre outros pontos distintivos, a dispensa</p> <p>(A) pressupõe a inexistência de competitividade, enquanto a inexigibilidade diz respeito a condições pessoais dos participantes da licitação.</p> <p>(B) aplica-se apenas às modalidades de concorrência e tomada de preços, enquanto a inexigibilidade pode ser declarada em qualquer licitação.</p> <p>(C) realizada indevidamente não é punida como crime, ao passo que a inexigibilidade o é.</p> <p>(D) pode ter como fundamento específico motivos circunstanciais, como guerra ou grave perturbação da ordem, enquanto a inexigibilidade configura-se sempre que houver inviabilidade de competição.</p> <p>(E) não pode ser invocada em razão do baixo valor da licitação, ao contrário da inexigibilidade, que pode ser declarada nessa hipótese.</p>
<p>14. Sobre os Tribunais de Contas no Direito brasileiro, em conformidade com a jurisprudência majoritária do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que</p> <p>(A) apenas no caso de contratos o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional ou Assembléia Legislativa, o que não impede, por exemplo, a sustação pelos próprios Tribunais de Contas, de licitações em curso, dispensa ou inexigibilidade.</p> <p>(B) a eles é dado manter o sigilo quanto ao objeto e à autoria de denúncia sobre que vier a proferir decisão definitiva.</p> <p>(C) os Estados-membros podem criar Tribunais de Contas Municipais, a exemplo do que fez o Estado de São Paulo.</p> <p>(D) podem determinar a quebra do sigilo bancário de dados constantes do Banco Central do Brasil.</p> <p>(E) o processo de representação submetido a Tribunal de Contas, fundado em invalidade de contrato administrativo, por sua própria natureza preparatória, não enseja a observância das garantias do devido processo legal e do contraditório e ampla defesa.</p>	<p>17. Em determinada licitação, conduzida sob a modalidade de concorrência, foi realizada a sessão de abertura de envelopes de habilitação, tendo um dos participantes sido declarado inabilitado. Posteriormente, esse participante ingressou com o recurso administrativo cabível, em que exclusivamente impugnava determinada cláusula do edital que conduziu à inabilitação. Antes da abertura dos envelopes, esse mesmo participante não tinha tomado qualquer iniciativa quanto ao edital. O procedimento adotado pelo participante inabilitado</p> <p>(A) tem respaldo na legislação, devendo a licitação ser suspensa até o julgamento do recurso.</p> <p>(B) tem respaldo na legislação, prosseguindo normalmente a licitação na pendência do julgamento do recurso.</p> <p>(C) não tem respaldo na legislação, pois a impugnação ao edital deveria ter sido efetuada até dois dias antes da abertura dos envelopes de habilitação.</p> <p>(D) não tem respaldo na legislação, porque o princípio da vinculação ao edital impede qualquer discussão relativa aos seus termos.</p> <p>(E) não tem respaldo na legislação, porque a Administração está impedida de reconhecer a nulidade de seus próprios atos.</p>

<p>18. A designação, pela Administração, de servidor público para atuar como gestor de determinado contrato administrativo implica a atribuição de poderes para</p> <p>(A) fiscalização da execução do contrato, devendo o gestor anotar todas as ocorrências a ele relacionadas.</p> <p>(B) fiscalização da execução do contrato, bem como para a aplicação das sanções cabíveis em caso de inexecução.</p> <p>(C) aplicação das sanções cabíveis em caso de inexecução, bem como para a apreciação dos recursos a elas relacionados.</p> <p>(D) negociação de aditamentos contratuais, principalmente visando à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.</p> <p>(E) recebimento provisório e definitivo do objeto contratual, bem como verificação do cumprimento dos encargos fiscais e trabalhistas a cargo do contratado.</p>	<p>22. Relativamente aos atos de improbidade administrativa, é correto afirmar que</p> <p>(A) os elencos de atos previstos nos arts. 9º, 10 e 11 da Lei nº 8.429/92 são taxativos, vigorando em relação a eles os princípios da tipicidade e da estrita reserva legal.</p> <p>(B) todos são definidos como atos dolosos, na medida em que a prática de atos de improbidade pressupõe o elemento subjetivo da intenção deliberada do agente.</p> <p>(C) a Lei nº 8.429/92 apresenta uma definição geral de cada uma das espécies de improbidade, podendo haver a explicitação de novas condutas na legislação extravagante.</p> <p>(D) não se admite a subsunção da conduta praticada em mais de um tipo de ato de improbidade, devendo haver a capitulação em apenas um dos dispositivos legais existentes.</p> <p>(E) a inexistência de dano ao erário configura excluyente de ilicitude, pois inexistente ato de improbidade sem o conseqüente prejuízo.</p>
<p>19. "A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos".</p> <p>O texto acima transcrito, do art. 37, §1º, da Constituição Federal é aplicação do princípio da</p> <p>(A) moralidade, pois determina que o conteúdo da informação publicitária não poderá atentar contra a moral e os bons costumes.</p> <p>(B) impessoalidade, pois desvincula a atuação da Administração de qualquer alusão pessoal à figura de um agente político.</p> <p>(C) publicidade, pois regula a veiculação da publicidade oficial e impede os abusos que possam ser cometidos em seu exercício.</p> <p>(D) eficiência, pois determina que haja o menor dispêndio possível relativo à publicidade oficial.</p> <p>(E) motivação, pois implica a realização de publicidade oficial que tenha estrita correlação com serviços públicos prestados pela Administração.</p>	<p>23. Se o edital de licitação para a contratação de concessionário de serviço público previr a inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento,</p> <p>(A) será obrigatória a adoção do critério de julgamento da menor tarifa a ser cobrada do usuário, em razão de ser o único critério compatível com o procedimento da licitação.</p> <p>(B) os participantes da licitação poderão proferir lances, de viva voz, sobre a melhor oferta apresentada, ainda que essa faculdade não conste do respectivo edital.</p> <p>(C) fica vedada a participação dos licitantes em consórcio.</p> <p>(D) a inabilitação do candidato vencedor implicará a análise da documentação correspondente do licitante com a proposta classificada em segundo lugar e assim sucessivamente.</p> <p>(E) será obrigatória a adoção do critério de julgamento da maior quantia a ser paga ao poder concedente a título de outorga, em razão de ser o único critério compatível com o procedimento da licitação.</p>
<p>20. A União celebra, com dois Estados da Federação, contrato de consórcio público sob a forma de associação pública. Após a sua entrada em vigor, o consórcio</p> <p>(A) integrará a Administração Indireta da União, apenas.</p> <p>(B) integrará a Administração Indireta da União e de apenas um dos dois Estados participantes.</p> <p>(C) integrará a Administração Indireta dos entes federativos que assim o desejarem, conforme disciplinado em contrato.</p> <p>(D) integrará a Administração Indireta de todos os entes federativos participantes.</p> <p>(E) não integrará a Administração Indireta de nenhum dos entes federativos participantes.</p>	<p>24. O exercício dos poderes de fiscalização e controle, por parte do ente público concedente, NÃO inclui a faculdade de</p> <p>(A) decretar o perdimento dos bens do concessionário vinculados à concessão.</p> <p>(B) encampar a concessão.</p> <p>(C) intervir na concessão.</p> <p>(D) declarar a caducidade da concessão.</p> <p>(E) promover a alteração unilateral do contrato de concessão, para restabelecer seu equilíbrio econômico-financeiro.</p>
<p>21. Pessoas jurídicas com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que exerçam atividades de interesse público previamente definidas em lei e que se qualifiquem perante o Ministério da Justiça para a celebração de termos de parceria visando à execução dessas atividades são legalmente definidas como</p> <p>(A) organizações sociais (OS).</p> <p>(B) organizações não-governamentais (ONGs).</p> <p>(C) entidades filantrópicas.</p> <p>(D) entidades beneficentes.</p> <p>(E) organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs).</p>	

<p>25. Se, no curso de processo administrativo, o interessado que requereu sua instauração desistir do requerimento, o processo</p> <p>(A) será automaticamente extinto.</p> <p>(B) não necessariamente será extinto, cabendo à autoridade processante decidir pelo seu prosseguimento, se o interesse público assim o exigir.</p> <p>(C) não necessariamente será extinto, cabendo à autoridade processante publicar edital para que outros interessados se habilitem no feito, visando ao seu prosseguimento.</p> <p>(D) não necessariamente será extinto, cabendo à autoridade processante solicitar ao Ministério Público que encampe o feito, visando ao seu prosseguimento.</p> <p>(E) será submetido à autoridade judicial, a quem caberá verificar se os direitos envolvidos são disponíveis e homologar a desistência.</p>	<p>29. Em termos de responsabilidade civil da Administração, é correto afirmar que no Direito brasileiro prevalece a teoria do risco</p> <p>(A) administrativo, por meio da qual a Administração é responsabilizada nos casos de culpa do serviço, apurada subjetivamente.</p> <p>(B) administrativo, por meio da qual a responsabilidade não é excluída pela ocorrência de caso fortuito ou força maior.</p> <p>(C) administrativo, imputando-se à Administração os riscos inerentes à sua atividade, de modo a reparti-los entre toda a coletividade.</p> <p>(D) integral, por meio da qual a Administração é integralmente responsável pelos danos que, na sua atividade, causar a terceiros.</p> <p>(E) integral, cabendo à Administração tomar as cautelas necessárias para evitar a sua responsabilização nas hipóteses de caso fortuito ou força maior.</p>
<p><u>Instruções:</u> As questões de números 26 a 28 contêm duas afirmações. Assinale, na Folha de Respostas, a alternativa correta de acordo com a seguinte chave:</p> <p>(A) As duas afirmações são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.</p> <p>(B) As duas afirmações são verdadeiras e a segunda não justifica a primeira.</p> <p>(C) A primeira afirmação é verdadeira e a segunda, falsa.</p> <p>(D) A primeira afirmação é falsa e a segunda, verdadeira.</p> <p>(E) As duas afirmações são falsas.</p> <p>26. O servidor público nomeado para cargo efetivo em virtude de concurso público é estável, observados os demais requisitos pertinentes, após 3 (três) anos de efetivo exercício</p> <p>PORQUE</p> <p>o concurso público é intrinsecamente ligado à estabilidade, de sorte que o servidor concursado sempre poderá ser estável, e vice-versa.</p>	<p>30. No curso da execução de determinado contrato administrativo tendo por objeto a execução de obra pública, a Administração resolve alterá-lo unilateralmente, com fundamento na melhor adequação de seus termos ao interesse público. Dessa alteração, porém, resulta a supressão do seu objeto em mais de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. Nessa hipótese, o</p> <p>(A) contratado não está obrigado a aceitar a supressão, podendo pleitear a rescisão do contrato e ser indenizado pelos prejuízos sofridos.</p> <p>(B) contratado não está obrigado a aceitar a supressão, podendo dar por rescindido o contrato, mas sem receber indenização pelos prejuízos sofridos.</p> <p>(C) contratado está obrigado a aceitar a supressão.</p> <p>(D) contrato será rescindido, independentemente da concordância do contratado com a supressão, cabendo sua indenização pelos prejuízos sofridos.</p> <p>(E) contrato será rescindido, independentemente da concordância do contratado com a supressão e sem indenizá-lo pelos prejuízos sofridos.</p>
<p>27. Os bens públicos de uso comum do povo nunca poderão ser desafetados e convertidos em bens de uso especial ou dominicais</p> <p>PORQUE</p> <p>os bens públicos de uso comum do povo sempre ostentam essa qualidade em razão de sua natureza, como é o caso de praias, rios e florestas.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO FINANCEIRO</p> <p>31. NÃO é uma característica da atividade financeira do Estado:</p> <p>(A) a presença constante de uma pessoa jurídica de direito público.</p> <p>(B) sua finalidade é a consecução do bem comum.</p>
<p>28. Se, de ato administrativo nulo, decorrerem efeitos favoráveis para particulares, a Administração está sujeita ao prazo decadencial de 5 (cinco) anos para anulá-lo</p> <p>PORQUE</p> <p>a lei considera que, passado esse prazo, o interesse público na consolidação das situações jurídicas se sobrepõe à ilicitude do ato nulo.</p>	<p>(C) a instrumentalidade, pois tal atividade é apenas um meio para o Estado atingir seus objetivos.</p> <p>(D) conteúdo e objeto de cunho econômico-financeiro, referindo-se a dinheiro.</p> <p>(E) a arrecadação de recursos é a principal finalidade de tal atividade.</p>

32. Caio Tácito, em brilhante parecer sobre o tema (RDA 44/518-534), escreveu: “As taxas pressupõem a obrigatoriedade e dispensam a utilização efetiva (é necessário, apenas, que os serviços se encontrem à disposição dos usuários), os preços públicos equivalem a serviços facultativos e não se impõem senão em virtude do ato direto de uso ou aquisição”. A respeito do assunto, considere as afirmações abaixo.

- I. As taxas estão submetidas aos princípios da anterioridade e legalidade, previstos na Constituição Federal vigente.
- II. Os preços públicos remuneram serviços públicos previstos constitucionalmente e as taxas remuneram os serviços prestados sob regime de direito privado.
- III. As taxas são tributos vinculados à atuação estatal, enquanto que os preços públicos são receitas expressivas de serviços prestados por entidades governamentais ou concessionários de serviço.
- IV. A Constituição Federal vigente determina que o Poder Público preste, diretamente, serviços públicos remunerados mediante preços públicos e não mediante taxas.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e IV.
- (D) III e IV.
- (E) I, II e IV.

33. Considere as seguintes afirmações, referentes aos créditos adicionais:

- I. É vedada a abertura de crédito extraordinário sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.
- II. A abertura de crédito suplementar somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra ou calamidade pública.
- III. Os créditos extraordinários serão abertos por decreto do Poder Executivo, que deles dará conhecimento ao Poder Legislativo.
- IV. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) III e IV.

34. NÃO se trata de princípio constitucional financeiro, mas de princípio constitucional tributário, o princípio da

- (A) anterioridade.
- (B) universalidade.
- (C) unidade.
- (D) publicidade.
- (E) não-vinculação dos impostos.

35. Levando-se em consideração a classificação das receitas públicas, a doutrina afirma que são receitas derivadas e originárias, respectivamente,

- (A) os impostos e as taxas.
- (B) os preços públicos e as tarifas.
- (C) as taxas e os preços públicos.
- (D) as contribuições sociais e os impostos.
- (E) o empréstimo compulsório e as taxas.

36. A Constituição Federal, quando se refere ao orçamento público, veda a

- (A) vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, sem qualquer ressalva.
- (B) realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.
- (C) concessão ou utilização de créditos limitados.
- (D) transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem autorização do Ministro da Fazenda.
- (E) instituição de fundos de qualquer natureza, sem autorização expressa do Chefe do Poder Executivo.

37. Considere as seguintes afirmações:

- I. A lei de diretrizes orçamentárias estabelecerá, de forma regionalizada, diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- II. A lei orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas estatais e o orçamento da seguridade social.
- III. A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, incluindo-se nessa proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito.
- IV. Caberá à lei complementar dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

38. A despesa com pessoal ativo e inativo dos entes da Federação não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar. Segundo a Constituição Federal, para o cumprimento dos referidos limites e observando-se o prazo fixado na referida lei complementar, os entes da federação adotarão várias providências, sendo que, dentre elas, NÃO dispõe a Constituição sobre

- (A) redução de pelo menos vinte por cento das despesas com cargo em comissão e funções de confiança.
- (B) exoneração dos servidores não estáveis.
- (C) criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou semelhantes àqueles ocupados pelos servidores estáveis que perderam seus cargos, por causa do excesso de despesa com pessoal dentro do prazo máximo de um ano.
- (D) indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço, a ser paga a servidor estável que perder o cargo, por causa do excesso de despesa com pessoal.
- (E) possibilidade de o servidor estável perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou a unidade administrativa objeto da redução de pessoal.

<p>39. Dispõe a Constituição Federal que os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues, em duodécimos, até o dia</p> <p>(A) 10 de cada mês, na forma da lei complementar. (B) 20 de cada mês, na forma da lei complementar. (C) 30 de cada mês, na forma da lei ordinária. (D) 15 de cada mês, nos termos do decreto executivo. (E) 25 de cada mês, nos termos do decreto executivo.</p>	<p>43. A dívida pública consolidada ou fundada é o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.</p> <p>Integram também a dívida pública consolidada ou fundada:</p> <p>I. A dívida relativa à emissão de títulos de responsabilidade do Banco Central do Brasil.</p> <p>II. As operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas não tenham constado do orçamento.</p> <p>III. Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos, para fins de aplicação dos limites da dívida consolidada.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I. (B) II. (C) III. (D) I e II. (E) I e III.</p>
<p>40. A Lei nº 4.320/64 classifica as despesas e as receitas públicas, dispondo que as dotações para despesas às quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público ou privado, classificam-se como</p> <p>(A) Despesas de Custeio. (B) Transferências de Capital. (C) Investimentos. (D) Transferências Correntes. (E) Inversões Financeiras.</p>	<p>44. Atualmente, a legislação brasileira permite ao Banco Central do Brasil</p> <p>(A) emitir títulos da dívida pública. (B) comprar diretamente títulos emitidos pela União para refinarciar a dívida mobiliária federal que estiver vencendo na sua carteira. (C) comprar título da dívida pública, na data de sua colocação no mercado. (D) conceder garantia. (E) conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional.</p>
<p>41. Dispõe a Lei nº 4.320/64 que o controle da execução orçamentária compreenderá:</p> <p>I. A legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações.</p> <p>II. A fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos.</p> <p>III. O cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, somente. (B) I e II, somente. (C) I e III, somente. (D) II e III, somente. (E) I, II e III.</p>	<p>45. Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, equiparam-se a operações de crédito, mas NÃO está vedada</p> <p>(A) a assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento <i>a posteriori</i> de bens e serviços. (B) a captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do art. 150 da Constituição. (C) o recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação. (D) a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da Federação, sem prejuízo do cumprimento das exigências previstas na referida lei. (E) a assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada, com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de título de crédito, não se aplicando esta vedação a empresas estatais dependentes.</p>
<p>42. A Lei de Responsabilidade Fiscal e a Constituição Federal dispõem que as disponibilidades de caixa da União</p> <p>(A) serão depositadas no Banco Central do Brasil; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos e entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais. (B) serão depositadas no Banco do Brasil; as dos Estados e do Distrito Federal, na Caixa Econômica Federal, e as dos Municípios e dos órgãos e entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais. (C) e dos Estados serão depositadas na Caixa Econômica Federal; as do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos e entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, no Banco do Brasil. (D) e dos Estados serão depositadas no Banco Central do Brasil; as dos Municípios, no Banco do Brasil, e dos órgãos e entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras autorizadas. (E) e do Distrito Federal serão depositadas na Caixa Econômica Federal; as dos Estados, nas Caixas Econômicas Estaduais e as dos Municípios no Banco do Brasil.</p>	

DIREITO TRIBUTÁRIO

46. O princípio da estrita legalidade que rege o Direito Tributário pátrio dispõe que a instituição ou majoração de tributos depende de lei. Neste sentido, é correto afirmar que
- (A) a única fonte do direito tributário é a lei.
 - (B) somente a lei ordinária é fonte instituidora de tributos.
 - (C) os empréstimos compulsórios não se submetem ao princípio da legalidade.
 - (D) a majoração dos tributos federais, dentro dos limites legais, pode ser feita por decreto do Poder Executivo.
 - (E) medida provisória é fonte instituidora de impostos.

47. Determinado Estado-membro concede, por meio de lei específica, moratória para os proprietários de um único veículo automotor popular e bicombustível, que tenham renda mensal de até três salários mínimos. Segundo a lei, preenchidos os requisitos, o vencimento do IPVA/2008 será em 30 de julho de 2008. Nesse caso, considere as proposições a seguir:

- I. Trata-se de moratória de caráter específico, que depende de comprovação do contribuinte e despacho de autoridade administrativa competente para ser concedida.
- II. Esta espécie de moratória não pode ser revogada porque gera direito adquirido ao contribuinte que preenche os requisitos legais e obtém o favor.
- III. Por ser causa de exclusão do crédito tributário não poderá ser constituído o crédito tributário enquanto não vencido o prazo fixado em lei.
- IV. Se o contribuinte que recebeu a moratória deixar de preencher os requisitos legais perderá o direito à moratória e terá que pagar o tributo acrescido de juros de mora.

É correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) I e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) III e IV.

48. O prazo para homologação de pagamento antecipado de ICMS é de

- (A) cinco anos, a contar da constituição definitiva do crédito tributário.
- (B) cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador da respectiva obrigação.
- (C) cinco anos, a contar do primeiro dia do exercício seguinte àquele da ocorrência do fato gerador.
- (D) dez anos, a contar da notificação válida feita ao sujeito passivo.
- (E) dez anos, a contar da ocorrência do pagamento antecipado.

49. Em matéria tributária, a certidão negativa

- (A) se for expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública, responsabiliza pessoalmente o servidor que a expedir, pelo crédito tributário e juros de mora acrescidos.
- (B) serve como prova de quitação dos tributos, impedindo a constituição de créditos tributários por fatos geradores já ocorridos.
- (C) reveste-se dos mesmos efeitos de uma certidão positiva cujo crédito tributário seja objeto de discussão judicial em sede de mandado de segurança.
- (D) não pode ser concedida a contribuinte que esteja em débito com a Fazenda Pública, ainda que este débito seja objeto de execução fiscal garantida com carta de fiança bancária.
- (E) não serve para afastar a responsabilidade tributária do adquirente de imóvel, por tributos cujos fatos geradores tenham ocorrido antes da alienação do bem, e cujos créditos ainda não tinham sido constituídos à época de sua expedição.

50. São características comuns aos empréstimos compulsórios e às contribuições especiais:

- (A) sempre são de competência da União.
- (B) só podem ser instituídos por lei complementar.
- (C) não são considerados tributos e não estão inseridos no Sistema Tributário Nacional.
- (D) possuem vinculação de receita.
- (E) são restituíveis, os primeiros em prazo e forma fixado em lei ou depois de um período de carência de contribuição.

DIREITO PENAL

51. São elementos que compõem o fato típico:

- (A) nexa causal, conduta, tipicidade e punibilidade.
- (B) resultado, tipicidade, nexa causal e antijuridicidade.
- (C) conduta, resultado, nexa causal e tipicidade.
- (D) culpabilidade, tipicidade, conduta e resultado.
- (E) conduta, resultado, nexa causal e subjetividade.

52. Sobre o crime tentado, considere:

- I. Na tentativa há prática de ato de execução, mas o agente não chega à consumação por circunstâncias independentes da sua vontade.
- II. Pune-se a cogitação se constituir, de per si, um fato típico.
- III. Dentre os elementos da tentativa não se inclui o dolo.
- IV. Em regra, pune-se a tentativa com a pena do crime consumado diminuída de um terço a metade.
- V. Há tentativa imperfeita quando o agente, iniciada a prática dos atos executórios, interrompe-a, por vontade própria.

Está correto o que consta SOMENTE em

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e V.
- (D) II e IV.
- (E) II, IV e V.

<p>53. Entre as causas de exclusão da culpabilidade incluem-se</p> <p>(A) estado de necessidade e legítima defesa.</p> <p>(B) embriaguez fortuita completa e obediência à ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico.</p> <p>(C) exercício regular de direito e embriaguez fortuita completa.</p> <p>(D) legítima defesa e obediência à ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico.</p> <p>(E) estado de necessidade e inexigibilidade de conduta diversa.</p>	<p>57. Sobre os crimes assimilados ao de moeda falsa, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) se o agente for funcionário público que trabalha na repartição onde o dinheiro se acha recolhido, ou nela tem fácil ingresso em razão do cargo, a pena é acrescida de dois terços.</p> <p>(B) caracteriza o crime formar cédula, nota ou bilhete representativo de moeda com fragmentos de cédulas.</p> <p>(C) configura o crime suprimir, em nota, cédula ou bilhete recolhidos, para o fim de restituí-los à circulação, sinal indicativo de sua inutilização.</p> <p>(D) configura o crime restituir à circulação cédula, nota ou bilhete formados por fragmentos de cédulas ou com sinal indicativo de sua inutilização suprimidos, ou já recolhidos para o fim de inutilização.</p> <p>(E) tratando-se de crime plurisubsistente, admite-se a tentativa.</p>
<p>54. Se, imprudentemente, um funcionário público, no exercício do cargo, recebe material destinado à repartição onde trabalha, que lhe foi entregue por erro do entregador, e se recusa a devolver depois de notificado, ele comete crime de</p> <p>(A) concussão.</p> <p>(B) peculato culposo.</p> <p>(C) peculato.</p> <p>(D) apropriação indébita.</p> <p>(E) peculato mediante erro de outrem.</p>	<p>58. Funcionário público que extravvia livro oficial de que tem a guarda em razão da função, causando pagamento indevido de contribuição social, comete crime</p> <p>(A) contra a ordem social.</p> <p>(B) contra o sistema financeiro.</p> <p>(C) de extravio, sonegação ou inutilização de livro e documento.</p> <p>(D) funcional contra a ordem tributária.</p> <p>(E) de subtração ou inutilização de livro ou documento previsto no Código Penal.</p>
<p>55. Em relação à aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, é correto afirmar que</p> <p>(A) devem ser consideradas as sanções penais previstas na legislação específica.</p> <p>(B) depende da rejeição das contas pelo Tribunal de Contas.</p> <p>(C) a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos podem ser executadas antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.</p> <p>(D) independe da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.</p> <p>(E) não pode ser determinado o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, enquanto não transitada em julgado a decisão.</p>	<p>59. Sobre os crimes contra o sistema financeiro é correto afirmar:</p> <p>(A) divulgar informação falsa ou prejudicialmente incompleta sobre instituição financeira em mídia impressa, sujeita o órgão divulgador à apreensão dos exemplares, sem prejuízo da sanção penal.</p> <p>(B) nos crimes praticados em quadrilha ou em co-autoria, o co-autor que revelar toda a trama criminosa, em confissão espontânea, será beneficiado com perdão da pena.</p> <p>(C) o Banco Central, mesmo não sendo vítima, pode se habilitar na ação penal como assistente do Ministério Público, quando for o órgão fiscalizador da instituição financeira envolvida na prática criminosa.</p> <p>(D) é vedada a ação penal privada subsidiária, cabendo ao ofendido representar ao Procurador-Geral da República se a denúncia não for oferecida no prazo legal.</p> <p>(E) quando, no exercício de suas atribuições legais, o Banco Central do Brasil verificar a ocorrência de crime previsto na Lei que define os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, poderá informar ao Ministério Público Federal, enviando-lhe os documentos necessários para a comprovação dos fatos.</p>
<p>56. Sobre os efeitos da condenação penal, é correto afirmar que a perda de cargo ou função pública é</p> <p>(A) efeito automático na condenação por crime funcional próprio.</p> <p>(B) cabível na condenação a pena privativa de liberdade por crime praticado com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração pública, nos crimes funcionais próprios ou impróprios, desde que a pena seja igual ou superior a um ano.</p> <p>(C) efeito automático da condenação quando for aplicada pena privativa de liberdade superior a quatro anos, ressalvados os crimes funcionais.</p> <p>(D) cabível na condenação a pena privativa de liberdade por crime praticado com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração pública, nos crimes funcionais próprios ou impróprios, desde que a pena seja igual ou superior a dois anos.</p> <p>(E) cabível na condenação a qualquer pena por crime praticado com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração pública, nos crimes funcionais próprios ou impróprios.</p>	<p>60. A conduta de patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato, cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário,</p> <p>(A) constitui infração administrativa, sem repercussão na esfera penal.</p> <p>(B) caracteriza crime de advocacia administrativa definido no Código Penal.</p> <p>(C) configura crime de corrupção ativa.</p> <p>(D) configura crime especial da Lei de Licitações mesmo se a contratação for anulada pela própria Administração.</p> <p>(E) constitui crime definido na Lei de Licitações.</p>

DIREITO PROCESSUAL PENAL

61. São condições de procedibilidade da ação penal pública:
- (A) representação do ofendido quando a lei o exige e possibilidade jurídica do pedido.
 - (B) possibilidade jurídica do pedido e legitimação para agir.
 - (C) legitimação para agir e requisição do Ministro da Justiça quando a lei a exige.
 - (D) entrada de agente no território nacional no caso de crime praticado no exterior e a representação do ofendido quando a lei o exige.
 - (E) requisição do Ministro da Justiça quando a lei o exige e interesse de agir.

62. Sobre a renúncia ao direito de queixa, considere:
- I. É cabível a renúncia na ação penal privada subsidiária, mas ela não impede que o Ministério Público ofereça a denúncia.
 - II. A renúncia pode ser feita após o oferecimento da queixa-crime, porém antes do seu recebimento.
 - III. No caso de morte do ofendido que não renunciou, a renúncia de um dos sucessores extingue a punibilidade.
 - IV. A renúncia expressa constará de declaração assinada pelo ofendido, por seu representante legal ou procurador com poderes especiais.
 - V. A renúncia ao direito de queixa a um dos autores do crime se estende aos demais, salvo se de identidade desconhecida.

Encontra-se correto o que consta SOMENTE em

- (A) I e III.
- (B) I, IV e V.
- (C) II, III e V.
- (D) III e IV.
- (E) III, IV e V.

63. O princípio da correlação no processo penal significa que
- (A) a sentença deve guardar relação com a denúncia ou a queixa.
 - (B) a sentença deve guardar relação entre o que consta dela e o que pensa o juiz.
 - (C) deve haver correspondência entre o fato descrito na denúncia e o texto da lei.
 - (D) deve haver relação entre o cargo do juiz e o cargo do promotor de justiça.
 - (E) a decisão no processo penal deve ter conexão com a decisão do processo civil de indenização pelo mesmo fato.

64. Na hipótese de legitimidade em razão da morte do ofendido, se o querelante desistir da ação penal proposta e tendo comparecido mais de um para prosseguir na ação, prevalece a seguinte ordem:
- (A) cônjuge, irmão, descendente ou ascendente.
 - (B) descendente, ascendente, irmão e cônjuge.
 - (C) ascendente, descendente, cônjuge e irmão.
 - (D) irmão, cônjuge, ascendente ou descendente.
 - (E) cônjuge, ascendente, descendente e irmão.

65. Se o juiz reconhecer, desde logo, a inadequação do recurso interposto pela parte,
- (A) mandará a parte adequá-lo, sob pena de deserção.
 - (B) rejeitará o recurso liminarmente.
 - (C) mandará processá-lo de acordo com o rito do recurso cabível.
 - (D) julgará deserto o recurso.
 - (E) mandará processá-lo da forma como interposto.

DIREITO CIVIL

66. Considere as seguintes assertivas sobre o direito intertemporal em matéria de direito civil:
- I. O divórcio realizado no estrangeiro, se um ou ambos os cônjuges forem brasileiros, só será reconhecido no Brasil depois de dois anos da data da sentença, salvo se houver sido antecedida de separação judicial por igual prazo, caso em que a homologação produzirá efeito imediato, obedecidas as condições estabelecidas para a eficácia das sentenças estrangeiras no país.
 - II. Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia seis meses depois de oficialmente publicada.
 - III. A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
 - IV. Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

De acordo com a Lei de Introdução ao Código Civil está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) III e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) I e II.
- (E) I, II e IV.

67. De acordo com o Código Civil a pretensão para haver prestações alimentares vencidas, a partir da data dos respectivos vencimentos é de
- (A) 01 ano.
 - (B) 02 anos.
 - (C) 03 anos.
 - (D) 05 anos.
 - (E) 10 anos.

68. Considere as seguintes assertivas sobre o adimplemento e extinção das obrigações:
- I. Impugnado o depósito em consignação realizado pelo devedor este poderá requerer o levantamento, pagando as respectivas despesas, e subsistindo a obrigação para todas as conseqüências de direito.
 - II. O credor originário, só em parte reembolsado, terá preferência ao sub-rogado, na cobrança da dívida restante, se os bens do devedor não chegarem para saldar inteiramente o que a um e outro dever.
 - III. A sub-rogação opera-se, de pleno direito, em favor do terceiro interessado, que paga a dívida pela qual era ou podia ser obrigado, no todo ou em parte.
 - IV. A novação por substituição do devedor pode ser efetuada independentemente de consentimento deste.

De acordo com o Código Civil está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I e III.
- (B) I, II e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) II e III.
- (E) II, III e IV.

69. No que se refere ao contrato de mandato, é correto afirmar:

- (A) O mandante é obrigado a pagar ao mandatário a remuneração ajustada e as despesas da execução do mandato, ainda que o negócio não surta o efeito esperado, salvo se o mandatário for culpado pela não conclusão do negócio.
- (B) Em regra, o mandato presume-se oneroso quando o contrário não tiver sido estipulado entre as partes.
- (C) O maior de dezesseis e menor de dezoito anos não emancipado não pode ser mandatário.
- (D) O poder especial de transigir conferido ao mandatário importa o de firmar compromisso.
- (E) Os atos praticados, por quem tenha mandato sem poderes suficientes, são ineficazes em relação àquele em cujo nome foram praticados, salvo se este os ratificar, de forma expressa ou tácita.

70. No que se refere aos bens, é INCORRETO afirmar:

- (A) Apesar de ainda não separados do bem principal, os frutos e produtos podem ser objeto de negócio jurídico.
- (B) Os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei ou por vontade das partes.
- (C) São pertenças os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.
- (D) O direito à sucessão aberta é um bem incorpóreo considerado como imóvel para os efeitos legais.
- (E) Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal abrangem as pertenças, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

71. Com relação a competência, considere as seguintes assertivas:

- I. Reputam-se conexas duas ou mais ações sempre que há identidade quanto às partes e a causa de pedir, mas o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o das outras.
- II. A ação fundada em direito pessoal será proposta, em regra, no foro do domicílio do réu; havendo dois réus, com diferentes domicílios, serão demandados no foro de qualquer deles, à escolha do autor.
- III. Se o imóvel se achar situado em mais de um Estado ou comarca, determinar-se-á o foro pela prevenção, estendendo-se a competência sobre a totalidade do imóvel.
- IV. Na ação fundada em direito pessoal, quando o réu não tiver domicílio nem residência no Brasil, a ação será proposta no foro do domicílio do autor.

De acordo com o Código de Processo Civil está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) II e III.
- (E) II e IV.

72. Contra a decisão do Relator que não admitir os embargos infringentes caberá agravo que deverá ser interposto no prazo de

- (A) 48 horas.
- (B) 03 dias.
- (C) 05 dias.
- (D) 10 dias.
- (E) 15 dias.

73. Considere as seguintes assertivas sobre o Recurso Especial e o Recurso Extraordinário:

- I. Interposto agravo de instrumento para o Superior Tribunal de Justiça contra a decisão do Tribunal de origem que não admitir o Recurso Especial poderá o relator conhecer do agravo para dar provimento ao próprio Recurso Especial, se o acórdão recorrido estiver em confronto com jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
- II. Se a parte interpor Recurso Especial e Extraordinário e ambos os recursos forem admitidos, os autos serão remetidos ao Superior Tribunal de Justiça e na hipótese de o relator do recurso especial considerar que o recurso extraordinário é prejudicial àquele, em decisão irrecorrível sobrestará o seu julgamento e remeterá os autos ao Supremo Tribunal Federal, para o julgamento do recurso extraordinário.
- III. O Recurso Especial interposto contra decisão interlocutória em processo cautelar ficará retido nos autos e somente será processado se o reiterar a parte, no prazo para a interposição do recurso contra a decisão final, ou para as contra-razões.
- IV. Contra decisão do Supremo Tribunal Federal que não conhecer o Recurso Extraordinário quando a questão constitucional nele versada não oferecer repercussão geral, nos termos estabelecidos em lei, caberá agravo, no prazo de cinco dias.

De acordo com o Código de Processo Civil está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) II e III.

74. A remição não mais figura como modalidade especial de expropriação executiva após a entrada em vigor da Lei nº 11.382/06, que alterou o Código de Processo Civil. Além do próprio exequente, o credor com garantia real e os credores concorrentes que penhoraram o mesmo bem poderão exercer o direito à adjudicação dos bens penhorados, oferecendo valor não inferior ao preço da avaliação. Com a reforma, incluiu-se entre os legitimados a concorrer à adjudicação, aqueles que, anteriormente, podiam exercer a remição, ou seja, os cônjuges, ascendentes e descendentes. Concorrendo à adjudicação mais de um pretendente, será feita uma licitação entre eles. Em condições iguais de oferta, terá preferência, na seguinte ordem:

- (A) os ascendentes, os descendentes e o cônjuge.
- (B) o cônjuge, os descendentes e os ascendentes.
- (C) os descendentes, o cônjuge e os ascendentes.
- (D) os descendentes, os ascendentes e o cônjuge.
- (E) o cônjuge, os ascendentes e os descendentes.

<p>75. De acordo com o Código de Processo Civil, é INCORRETO afirmar que a confissão</p> <p>(A) judicial faz prova contra o confitente, não prejudicando, todavia, os litisconsortes.</p> <p>(B) extrajudicial, feita por escrito à parte ou a quem a represente, tem a mesma eficácia probatória da judicial.</p> <p>(C) é, de regra, indivisível, não podendo a parte, que a quiser invocar como prova, aceitá-la no tópico que a beneficiar e rejeitá-la no que lhe for desfavorável.</p> <p>(D) de um cônjuge não valerá sem a do outro, nas ações que versarem sobre bens imóveis.</p> <p>(E) provocada poderá ser feita pela própria parte, ou por mandatário com poderes especiais.</p>	<p>79. A Lei nº 7.347/85, que disciplina a Ação Civil Pública, foi alterada pela Lei nº 11.448/07, que incluiu dentre os legitimados para a propositura da Ação Civil Pública principal e a cautelar</p> <p>(A) as fundações.</p> <p>(B) as empresas públicas.</p> <p>(C) a Defensoria Pública.</p> <p>(D) as associações que estejam constituídas há pelo menos 01 ano.</p> <p>(E) a sociedade de economia mista.</p>
<p>76. No que se refere à prova documental, é certo que</p> <p>(A) não fazem a mesma prova dos que os originais as reproduções digitalizadas de qualquer documento particular, quando juntados aos autos por advogados privados.</p> <p>(B) incube o ônus da prova quando se tratar de contestação de assinatura, à parte que produziu o documento.</p> <p>(C) quando a lei exigir, como da substância do ato, o instrumento público, as parte poderão fazer a prova por outros meios para suprir-lhe a falta.</p> <p>(D) as declarações constantes do documento particular, somente assinado, em regra, não se presumem verdadeiras em relação ao signatário.</p> <p>(E) em regra, o documento particular, admitido expressamente, é divisível, sendo facultado à parte, que pretende utilizar-se dele, aceitar os fatos que lhe são favoráveis e recusar os que são contrários ao seu interesse.</p>	<p>80. De acordo com a legislação processual civil em vigor, haverá extinção do processo com resolução de mérito,</p> <p>(A) quando o juiz acolher a alegação de perempção e coisa julgada.</p> <p>(B) pela convenção de arbitragem.</p> <p>(C) quando a ação for considerada intransmissível por disposição legal.</p> <p>(D) quando ocorrer confusão entre autor e ré.</p> <p>(E) quando o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação.</p>
<p>77. Considere as seguintes assertivas sobre a execução por quantia certa contra devedor solvente:</p> <p>I. Tratando-se de penhora em bem indivisível, a meação do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem.</p> <p>II. O executado será citado para pagamento da dívida no prazo de três dias, e havendo pagamento integral do débito a verba honorária fixada pelo Magistrado será reduzida pela metade.</p> <p>III. A penhora pode ser substituída por seguro garantia judicial, em valor não inferior ao do débito constante da inicial, mais 20%.</p> <p>IV. A impenhorabilidade é oponível à cobrança do crédito concedido para a aquisição do próprio bem.</p> <p>De acordo com o Código de Processo Civil está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) I, III e IV.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) II, III e IV.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO AMBIENTAL</p> <p>81. O regime jurídico de exploração das florestas primitivas da bacia amazônica tem como diferencial, relativamente à regra geral, a</p> <p>(A) obrigatoriedade de elaboração de Estudo de Impacto Ambiental previamente ao início da exploração.</p> <p>(B) proibição de corte raso das áreas de preservação permanente e da reserva legal.</p> <p>(C) necessidade de realização da exploração em regime de manejo sustentável, mesmo que fora da área de reserva legal.</p> <p>(D) permissão para sua exploração de forma empírica.</p> <p>(E) fixação da área de reserva legal em 35% (trinta e cinco por cento) da área total do imóvel rural.</p>
<p>78. No que concerne ao recurso de agravo, nos termos preconizados pelo Código de Processo Civil,</p> <p>(A) o agravo retido poderá ser conhecido pelo Tribunal ainda que a parte não requeira expressamente, nas razões ou na resposta da apelação, a sua apreciação.</p> <p>(B) das decisões interlocutórias proferidas na audiência de instrução e julgamento caberá, em regra, agravo na forma retida, devendo ser interposto no prazo de dez dias.</p> <p>(C) o agravo de instrumento e o retido dependem de preparo, devendo acompanhar a petição o comprovante do pagamento das respectivas custas e do porte de retorno, quando devidos, conforme tabela publicada pelos tribunais, sob pena de não conhecimento do recurso.</p> <p>(D) o agravante, no prazo de três dias, requererá juntada aos autos do processo, de cópia da petição do agravo de instrumento e do comprovante de sua interposição, assim como relação dos documentos que instruíram o recurso, sob pena de inadmissibilidade do recurso.</p> <p>(E) interposto o agravo retido, e ouvido o agravado no prazo de cinco dias, o juiz, no mesmo prazo, poderá reformar sua decisão.</p>	<p>82. Sobre o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, é correto afirmar:</p> <p>(A) Tem como órgão superior o Presidente da República, a quem compete formular as políticas e orientações gerais em termos de meio ambiente.</p> <p>(B) Compete ao Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA a deliberação sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado.</p> <p>(C) O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA exerce a supervisão dos órgãos seccionais e locais, integrantes respectivamente das administrações estaduais e municipais.</p> <p>(D) O Ministério do Meio Ambiente tem a competência legal de julgar, em última instância administrativa, recursos contra autos de infração lavrados pelos órgãos executivos.</p> <p>(E) O Conselho de Governo poderá determinar, quando necessário, a realização de estudos das alternativas e possíveis conseqüências ambientais de projetos públicos e privados.</p>

<p>83. As licenças ambientais dividem-se em</p> <p>(A) licença prévia, licença de instalação e licença de operação.</p> <p>(B) licença prévia e licença de operação, apenas.</p> <p>(C) licença de instalação e licença de operação, apenas.</p> <p>(D) estudo de impacto ambiental, licença prévia, licença de instalação e licença de operação.</p> <p>(E) estudo de impacto ambiental, licença de instalação e licença de operação, apenas.</p>	<p>87. O controle legislativo</p> <p>(A) é aquele exercido pelos Poderes Judiciário ou Executivo sobre as atividades do Poder Legislativo.</p> <p>(B) é essencialmente prévio (ou <i>a priori</i>), ficando o controle posterior (ou <i>a posteriori</i>) a cargo do Poder Judiciário.</p> <p>(C) é de competência originária do Tribunal de Contas, cuja ação fiscalizatória sobre os órgãos da Administração Pública possui natureza essencialmente política.</p> <p>(D) pode ser ampliado mediante previsão de nova modalidade desse controle em lei complementar.</p> <p>(E) permite analisar, além da legalidade, a legitimidade de decisões administrativas.</p>
<p>84. Os processos de regularização fundiária de terras particulares ocupadas por unidades de conservação</p> <p>(A) não contemplarão qualquer indenização aos respectivos proprietários.</p> <p>(B) poderão ensejar o pagamento de indenização aos respectivos proprietários, desde que as unidades de conservação criadas sejam de proteção integral.</p> <p>(C) poderão ensejar o pagamento de indenização aos respectivos proprietários, desde que autorizado na lei de criação da unidade de conservação.</p> <p>(D) ensejarão o pagamento de indenização aos respectivos proprietários, nos casos de criação de unidades de conservação de uso sustentável com restrições excessivas ao uso da propriedade.</p> <p>(E) ensejarão o pagamento de indenização aos respectivos proprietários, computando-se expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compostos.</p>	<p>88. Considere as seguintes assertivas:</p> <p>I. qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas;</p> <p>II. os requisitos de idade mínima e máxima, assim como de tempo mínimo de exercício de função a exigir conhecimentos específicos são comuns para nomeação tanto de ministros do Tribunal de Contas da União como de conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Roraima;</p> <p>III. nos casos de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, serão aplicadas as sanções previstas em lei e as eventuais multas que vierem a incidir não guardarão relação com o tamanho do dano causado ao erário público.</p> <p>Está correto o que consta SOMENTE em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) I e II.</p> <p>(E) II e III.</p>
<p>85. As sanções de interdição de direitos aplicáveis às pessoas jurídicas, pela prática de crimes previstos na Lei nº 9.605/98, incluem a</p> <p>(A) prestação pecuniária.</p> <p>(B) multa.</p> <p>(C) proibição de contratar com o Poder Público, por prazo não inferior a 15 (quinze) anos.</p> <p>(D) proibição de contratar operação de empréstimo com instituição financeira.</p> <p>(E) interdição temporária de estabelecimento.</p>	<p>89. Dentre as atividades que competem ao Tribunal de Contas do Estado de Roraima está:</p> <p>(A) realizar inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, que dependerão da iniciativa da Assembléia Legislativa ou das Câmaras Municipais.</p> <p>(B) prestar as informações solicitadas pela Assembléia Legislativa, Câmaras Municipais, ou por qualquer de suas comissões sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas.</p> <p>(C) recomendar à Assembléia Legislativa a aplicação das sanções legais aos responsáveis por ilegalidades de despesas ou irregularidades de contas, dada a limitação do Tribunal de Contas ao exercício do poder sancionatório.</p> <p>(D) fiscalizar, observada a legislação pertinente, o cálculo das quotas do Imposto Sobre Serviços devidas aos Municípios.</p> <p>(E) aplicar as penalidades previstas em Lei no caso de despesa ilegal decorrente de contrato já executado, não cabendo, entretanto, a análise da economicidade das despesas realizadas, pois isso pressupõe análise do mérito do ato, vedada ao Tribunal de Contas.</p>
<p style="text-align: center;">CONTROLE EXTERNO</p> <p>86. Acerca do tema <i>Controle da Administração Pública</i>, é correto afirmar que o controle administrativo é exercido</p> <p>(A) apenas pelo Poder Executivo, sobre atividades de gestão e administração desempenhadas necessariamente pelos órgãos desse Poder.</p> <p>(B) apenas pelo Poder Executivo, sobre atividades administrativas, jurisdicionais e legislativas desempenhadas por qualquer dos Poderes.</p> <p>(C) somente pelo Poder Executivo, sobre atividades desempenhadas por órgãos da Administração Direta apenas, dada a autonomia administrativa e financeira das entidades da Administração Indireta.</p> <p>(D) por qualquer dos Poderes, sobre as atividades administrativas desempenhadas por seus próprios órgãos.</p> <p>(E) por qualquer dos Poderes, sobre atividades de gestão e administração desempenhadas necessariamente pelo Poder Executivo, dada a repartição constitucional de competências.</p>	

<p>90. De acordo com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Roraima,</p> <p>(A) as Prestações de Contas da Assembléia Legislativa, Câmaras Municipais, Tribunal de Justiça, Ministério Público Estadual e Administração direta e indireta do Estado e Municípios deverão estar disponíveis para análise do Tribunal de Contas até o dia 30 (trinta) de abril do exercício subsequente.</p> <p>(B) o processo de Tomada de Contas Especial será arquivado se o dano causado ao erário tiver valor inferior a quantia fixada pelo Tribunal em cada ano civil para efeito de seleção dos casos sujeitos à sua análise.</p> <p>(C) os gestores ou responsáveis abrangidos pela jurisdição do Tribunal de Contas encaminharão a este, até 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada bimestre, o relatório da execução orçamentária e os respectivos balancetes contábeis, na forma estabelecida em Instrução Normativa.</p> <p>(D) a decisão de instaurar processo de Tomada de Contas Especial é ato manifestamente discricionário da autoridade administrativa competente, que avaliará a conveniência e a oportunidade de adoção de tal medida em casos como o de omissão do órgão fiscalizado de prestar contas e o de desfalque ou desvio de dinheiro público.</p> <p>(E) lavrado Auto de Infração em razão de obstrução ao livre exercício das inspeções e auditorias, o responsável (suposto infrator) terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, prorrogável por igual período, a contar da data de recebimento do mandado de citação, para apresentar defesa.</p>	<p>93. Em se tratando de julgamento das contas pelo Tribunal de Contas do Estado de Roraima, é correto afirmar que</p> <p>(A) o Tribunal poderá julgar irregulares as contas no caso de reincidência no descumprimento de determinação de que o responsável tenha tido ciência, feita em processo de Tomada ou Prestação de Contas.</p> <p>(B) o Tribunal, no caso de contas ilíquidáveis, ordenará o encerramento do processo sem julgamento de mérito, vedado seu ulterior desarquivamento.</p> <p>(C) julgadas as contas regulares com ressalvas pelo Tribunal, não será dada quitação ao responsável.</p> <p>(D) as decisões definitivas em processos de tomada de contas especial são formalizadas por ato monocrático do Presidente.</p> <p>(E) decisões de caráter preliminar não são admitidas em processos de prestação de contas.</p>
<p>91. Ao Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Roraima</p> <p>(A) compete relatar proposta de elaboração e alteração do Regimento Interno.</p> <p>(B) é garantida gratificação de representação, de caráter indenizatório, no valor correspondente a 10% (dez por cento) do subsídio mensal de Conselheiro.</p> <p>(C) compete proceder a correição dos serviços internos e de fiscalização do Tribunal.</p> <p>(D) cabe, originariamente, nomear e empossar o Procurador-Geral de Contas.</p> <p>(E) incumbe cumulativamente a função de Ouvidor.</p>	<p>94. Tendo por base a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, pode-se afirmar que a multa de até 100 (cem) vezes o valor da Unidade Fiscal do Estado de Roraima NÃO é aplicável aos responsáveis por</p> <p>(A) contas julgadas irregulares de que não resulta débito.</p> <p>(B) contas que evidenciam impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulta dano ao Erário.</p> <p>(C) sonegação de informação em inspeções e auditorias.</p> <p>(D) não encaminhamento, no prazo legal, das contas a serem prestadas anualmente.</p> <p>(E) reincidência no descumprimento de determinação do Tribunal.</p>
<p>92. Acerca do Ministério Público de Contas, é correto afirmar:</p> <p>(A) compõe-se de 07 (sete) Procuradores de Contas, tendo como titular o Procurador-Geral de Contas, nomeado pelo Presidente do Tribunal do quadro de Procuradores de Contas, indicado em lista tríplice, dentre os mais votados, para um mandato de 03 (três) anos, vedada a recondução.</p> <p>(B) compõe-se de 04 (quatro) Procuradores de Contas, tendo como titular o Procurador-Geral de Contas, de livre escolha do Presidente do Tribunal, dentre os auditores nomeados, para um mandato de 03 (três) anos.</p> <p>(C) tem como peculiaridade o fato de não contar com autonomia administrativa, nem independência funcional.</p> <p>(D) seus procuradores terão as mesmas prerrogativas, vencimentos e vedações dos Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado.</p> <p>(E) seus Procuradores substituirão os conselheiros ausentes em razão de férias ou de outro afastamento legal, mediante convocação pelo Presidente do Tribunal de Contas, observada a ordem de antiguidade no cargo.</p>	<p>95. Conforme entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal, no que se refere à constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público, o Tribunal de Contas</p> <p>(A) poderá apreciá-la, quando no exercício de suas atribuições.</p> <p>(B) poderá apreciá-la tanto pela via difusa como pela concentrada.</p> <p>(C) não poderá apreciá-la, mas poderá exercer a fiscalização e o controle de contas.</p> <p>(D) não poderá apreciá-la, ficando tal função a cargo exclusivo do Poder Judiciário.</p> <p>(E) não poderá apreciá-la, dada a natureza administrativa dos seus atos.</p> <p>96. O <i>Parecer Prévio</i> do Tribunal de Contas do Estado de Roraima</p> <p>(A) não está sujeito à apreciação Plenária.</p> <p>(B) pode ser rejeitado pela Câmara Municipal de determinado município, se assim deliberarem pelo menos um terço dos seus membros.</p> <p>(C) é modalidade de deliberação típica das contas de resultado prestadas anualmente pelo Governador do Estado e pelos Prefeitos Municipais.</p> <p>(D) é recorrente nas tomadas de contas especiais de administradores em geral e demais responsáveis por bens, dinheiros e valores públicos, funcionando como instrumento consultivo.</p> <p>(E) dispensa o contraditório e a ampla defesa por força do seu caráter opinativo.</p>

97. A única espécie recursal abaixo NÃO ADMITIDA contra as deliberações do Tribunal de Contas do Estado de Roraima é

- (A) Agravo de Instrumento.
- (B) Embargos de Declaração.
- (C) Recurso Ordinário.
- (D) Recurso Rescisório.
- (E) Recurso Retido.

98. Ao conselheiro do Tribunal de Contas admite-se o exercício de

- (A) profissão liberal.
- (B) atividade político-partidária.
- (C) cargo de direção de sociedade civil.
- (D) atividade em associação de classe, sem remuneração.
- (E) comércio próprio, com ingerência direta.

99. Para fins de registro, o Tribunal de Contas apreciará a legalidade dos atos de

- (A) admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, inclusive as nomeações para cargo de provimento em comissão.
- (B) admissão de pessoal na administração direta e indireta exclusivamente nos casos de contratação temporária, para atender a necessidade de excepcional interesse público.
- (C) admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão.
- (D) admissão de pessoal na administração direta, excluídas as nomeações feitas no âmbito da administração indireta.
- (E) concessão de aposentadorias, reformas e pensões, excluídas de apreciação as melhorias posteriores que alterarem o fundamento legal do ato concessório inicial.

100. Ao Conselho Nacional de Justiça incumbe o controle

- (A) das atividades legislativas e de gestão dos Poderes Legislativo e Executivo.
- (B) da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário.
- (C) jurisdicional da atuação do Poder Executivo.
- (D) jurisdicional da atuação administrativa e financeira da Administração Pública em sentido amplo.
- (E) da atuação política do Poder Legislativo.